03-04-2013

ATA Nº. 07/2013**ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE ÍLHAVO
REALIZADA NO DIA TRÊS DO MÊS DE ABRIL DO ANO DE DOIS MIL E TREZE.**

Aos três dias do mês de abril do ano dois mil e treze, reuniu ordinariamente a Câmara Municipal de Ílhavo, no Salão Nobre do Edifício Municipal, sob a presidência do Sr. Vice-Presidente da Câmara, Eng.º Fernando Fidalgo Caçoilo, e dos demais Vereadores, Sr. José Marinho Vaz, Dr.ª Beatriz de Fátima Clemente Martins, Eng.º Marcos Labrincha Ré, e Dr.ª Ana Margarida Santos Bastos. -----

Faltaram à reunião, o Sr. Presidente da Câmara, bem como o Sr. Vereador, Eng.º Paulo Costa, por se encontrarem em representação externa do Município. -----

Em minuta, foi deliberado por unanimidade justificar as respetivas faltas. -----

Secretariou a reunião o Chefe da Divisão de Administração Geral, em regime de substituição, Dr. Rui Manuel Pais Farinha. -----

A reunião teve início às 15.30 horas. -----

Uma vez declarada aberta a reunião pelo Sr. Vice-Presidente da Câmara, foram tratados os seguintes assuntos: -----

RESUMO DIÁRIO DA TESOURARIA. -----

Presente o Resumo Diário da Tesouraria nº. 66, do dia dois de abril do ano de dois mil e treze, pelo qual foi tomado conhecimento que no cofre existiam as importâncias de €755.691,56 (setecentos e cinquenta e cinco mil, seiscentos e noventa e um euros e cinquenta e seis cêntimos), respeitante a Dotações Orçamentais e €831.748,60 (oitocentos e trinta e um mil, setecentos e quarenta e oito euros e sessenta cêntimos), respeitante a Dotações não Orçamentais. -----

ATAS DAS REUNIÕES ANTERIORES. -----

Presentes as Atas números 05 e 06, das reuniões ordinárias realizadas nos dias seis e vinte do mês de março de 2013, respetivamente. -----

Uma vez que os textos das mesmas tinham sido distribuídos previamente por todos os Membros da Câmara, de acordo com o previsto no artigo 4º do Decreto - Lei n.º 45.362, de 21 de novembro de 1963, foi a sua leitura dispensada. -----

Submetidas a votação, foi deliberado por unanimidade aprovar as presentes Atas. -----

03-04-2013

ÓRGÃOS AUTARQUICOS. -----

CÂMARA MUNICIPAL. -----

ALTERAÇÃO DO CARÁTER PRIVADO PARA PÚBLICO DA SEGUNDA REUNIÃO DE CÂMARA DE ABRIL / 2013 – PROPOSTA. -----

Presente a seguinte proposta, elaborada pelo Sr. Presidente da Câmara: -----

- “Considerando: -----

O facto de se perspetivar a análise e votação da Revisão do Plano Diretor Municipal de Ílhavo na Reunião de Câmara do próximo dia 17 de abril 2013, sendo pela sua natureza uma matéria que se reveste de grande interesse para a opinião pública, e por necessidade de dar cumprimento a norma legal. -----

Proponho: -----

1. Que a reunião de Câmara do próximo dia 17 de abril de 2013, se realize às 15.30 horas, e assumo o carácter público (com audição de público às 17.30 horas); -----

2. Que desta alteração se dê a devida publicitação pelos meios tradicionais. -----

O Presidente da Câmara, -----

Ass.) José Agostinho Ribau Esteves, Eng.º, -----

27MAR13”. -----

Em minuta, foi deliberado por unanimidade aprovar a presente proposta. -----

GESTÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA. -----

PATRIMÓNIO MUNICIPAL. -----

PROCESSO DE EXPROPRIAÇÃO RELATIVO À CONSTRUÇÃO DA “VIA DE ACESSO AO PARQUE DE CIÊNCIA E INOVAÇÃO” - (PROPOSTA DE AQUISIÇÃO N.º VIII). -----

Presente a seguinte proposta, elaborada pelo Sr. Vice-Presidente da Câmara, Eng.º Fernando Caçoilo: -----

- “Considerando que: -----

Na sequência do prosseguimento dos trâmites do Processo de Expropriações, da realização das notificações enviadas aos interessados, e no seguimento das conversações realizadas com os proprietários dos terrenos necessários à realização da obra, constata-se que alguns

03-04-2013

aceitaram a proposta da Câmara Municipal, verificando-se algumas alterações ao constante nas deliberações da Câmara Municipal de 6 de Abril e de 1 de Junho de 2011; -----

Nestes termos propõe-se que: -----

– A Câmara Municipal no uso da competência que lhe é conferida pela alínea f), n.º 1, do artigo 64.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com a redacção que lhe foi dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, delibere a aquisição da seguinte parcela de terreno, nas seguintes condições: -----

Parcela n.º 10 – Área a expropriar – 648,00m² (encargo previsto – 4.134,24 euros) -----

A destacar do prédio rústico, sito em Outeiro, Freguesia de S. Salvador, deste Concelho, composto por terreno de cultura, com a área 1.820,00 m², que confronta de Norte Manuel Angeja, do Nascente com caminho de servidão, do sul com herdeiros de Manuel Francisco Marieiro e do Poente com caminho, inscrito na matriz predial rústica sob o artigo n.º 5399 e descrito na Conservatória do Registo Predial sob o n.º 01217/19861015.

Proprietário: Herdeiros de Arnaldo Fernandes Duarte, Rosa Amália de Oliveira Lopes, viúva, residente na Rua Eng.º Duarte Pacheco, Edf. Libra, nº19C, Albergaria-a-Velha, António José Lopes, casado com Paula Ester Fernandes, residentes na Rua Eng.º Duarte Pacheco, Edf. Libra, nº19A e Palmira Maria Lopes Fernandes, divorciada, residente na Rua 1.º de Dezembro, lote 7, 4.º Esq., Albergaria-a-Velha. -----

O Vice-Presidente da Câmara, -----

Ass.) Fernando Fidalgo Caçoilo, Eng.º, -----

27MAR13”. -----

Em minuta, foi deliberado por unanimidade aprovar a presente proposta. -----

RECEITAS MUNICIPAIS. -----

CEDÊNCIA DE VIATURAS (AUTOCARROS) A ASSOCIAÇÕES DO CONCELHO – ISENÇÃO DO PAGAMENTO DAS COMPARTICIPAÇÕES – TOMADA DE CONHECIMENTO. -----

Presente a seguinte proposta, elaborada pelo Sr. Vereador, Eng.º Paulo Teixeira da Costa: ----

- “Relativamente ao assunto em epígrafe, cumpre-me dar conhecimento que depois de analisadas as várias solicitações recebidas, foram autorizadas as cedências abaixo discriminadas, para os meses de janeiro, fevereiro e março. -----

03-04-2013

Janeiro					
DIA	ASSOCIAÇÃO	DESTINO	AUTOCARRO	Km's	Valor
19	APACGE	Estarreja	Volvo	56	56,00€
13	Grupo Columbófilo da Gafanha	Caldas da Rainha	Volvo	318	318,00€
12	Grupo Desportivo Beira Ria	Cassufas	Toyota	124	74,40€
27	Grupo Desportivo Beira Ria	São Jacinto	Toyota	130	78,00€
				Total	526,40€

Fevereiro					
DIA	ASSOCIAÇÃO	DESTINO	AUTOCARRO	Km's	Valor
2	APACGE	Espinho	Toyota	128	76,80€
23	NEGE	Londelo / Vale de Cambra	Toyota	112	67,20€
10	Illiabum Cube	Sangalhos	Toyota	50	30,00€
16	Ílhavo Andebol Clube	Maia / Porto	Toyota	180	108,00€
24	Grupo Desportivo Gafanha Aquém	Ovar	Toyota	116	69,60€
				Total	351,60€

Março					
DIA	ASSOCIAÇÃO	DESTINO	AUTOCARRO	Km's	Valor
10	Grupo Desportivo Gafanha Aquém	Rocas do Vouga	Toyota	90	54,00€
9	APACGE	Coimbra	Toyota	116	69,60€
3	Grupo Desportivo Beira Ria	Vale de Cambra	Toyota	112	67,20€
23	Grupo Desportivo Beira Ria	Canedo	Toyota	150	90,00€
				Total	280,80€

Considerando que se trata de pedidos de Associações do Concelho de Ílhavo, que desenvolvem actividades de muito interesse municipal, informo que ao abrigo do disposto do n.º 4 do art.º 4 do *Regulamento municipal para a utilização e cedência dos veículos automóveis de transporte colectivo de passageiros da Câmara Municipal de Ílhavo*, isentei as mesmas de compensação dos encargos inerentes à utilização das viaturas. -----

Deverá a presente proposta ser remetida à Câmara Municipal por força do n.º 3 do art.º 65 da Lei n.º 169/99, de 18SET, na redacção dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11JAN. -----

O Vereador, -----

Ass.) Paulo Teixeira da Costa, Eng.º., -----

03-04-2013

28MAR13”. -----

Em minuta, foi deliberado por unanimidade tomar conhecimento. -----

FALTA DE PAGAMENTO DE ANUIDADES DO CAIS DA MOTA/2013 – PERDA DE LUGAR E ARRUMO – INFORMAÇÃO N.º 50/13 / STL - PROPOSTA. -----

Presente a informação supra, datada de 21MAR13, elaborada pelo Coordenador Técnico, Sr. António Emanuel Marques, corroborada pelo respetivo Chefe de Divisão, Dr. Rui Farinha, na qual e em síntese, se enumeram quais os titulares dos lugares que não saldaram a anuidade relativa ao ano de 2013, pelo que, nos termos do disposto no n.º 5 do artigo 11º, conjugado com o ponto n.º 5.3, do artigo 5.º, do Regulamento Interno do já citado Cais, lhes deve ser retirado o direito de ocupação e de arrumo dos lugares em causa. -----

Sobre a presente informação, recaiu uma proposta de concordância do Sr. Vereador, Eng.º Paulo Costa, datada de 22MAR13. -----

Em minuta, foi deliberado por unanimidade aprovar a presente proposta. -----

FALTA DE PAGAMENTO DE ANUIDADES DO CAIS DA COSTA NOVA/2013 – PERDA DE LUGAR E ARRUMO – INFORMAÇÃO N.º 51/13 / STL – PROPOSTA. ---

Presente a informação supra, datada de 21MAR13, elaborada pelo Coordenador Técnico, Sr. António Emanuel Marques, corroborada pelo respetivo Chefe de Divisão, Dr. Rui Farinha, na qual e em síntese, se enumeram quais os titulares dos lugares que não saldaram a anuidade relativa ao ano de 2013, pelo que, nos termos do disposto no n.º 5 do artigo 11º, conjugado com o ponto n.º 5.3, do artigo 5.º, do Regulamento Interno do já citado Cais, lhes deve ser retirado o direito de ocupação e de arrumo dos lugares em causa. -----

Sobre a presente informação, recaiu uma proposta de concordância do Sr. Vereador, Eng.º Paulo Costa, datada de 22MAR13. -----

Em minuta, foi deliberado por unanimidade aprovar a presente proposta. -----

ADMINISTRAÇÃO URBANÍSTICA. -----

DESTAQUE DE PARCELA - INFORMAÇÃO. -----

Presente o seguinte processo: -----

- O registado com o n.º 4187, Pº 566/11, em 2013/03/15, respeitante a: Isabel Maria Fidalgo Rita Caçoilo, residente na Rua Riamar, n.º 24, Barra. -----

03-04-2013

Em minuta, foi deliberado por unanimidade deferir a proposta presente, de acordo com a informação e despacho do Sr. Vereador, Eng.º Marcos Ré. -----

A informação tem a referência DOPGU/elianac, 2013/03/22 4187/13 1, e é da responsabilidade da Técnica Superior da DOPGU – Divisão de Obras Particulares e Gestão Urbana, Arqtª Eliana Castro, e o despacho do Sr. Vereador, Eng.º Marcos Ré, está datado de 2013/03/23, os quais se dão aqui por integralmente transcritos e constam do respetivo processo. -----

Na discussão e votação da presente informação, não participou o Sr. Vice-Presidente da Câmara, por se considerar impedido (familiar do requerente), tendo-se ausentado momentaneamente do Salão Nobre onde decorria a reunião. -----

Para os devidos efeitos, presidiu à reunião a Sr.ª Vereadora, Dr.ª. Beatriz Martins. -----

LOTEAMENTO. -----

Presentes dos seguintes dois processos: -----

1.º - O registado com o n.º 16740, Pº 310/12, em 2012/10/12, respeitante a: João Duarte Rodrigues, residente na Rua D. António Santos, n.º 12, Gafanha de Aquém - Ílhavo. -----

Em minuta, foi deliberado por unanimidade deferir o presente Loteamento, de acordo com a informação e despacho do Sr. Vereador. -----

A informação tem a referência DOPGU/noemian, 2013/01/11 16740/12 1, e é da responsabilidade da Chefe da Divisão da DOPGU – Divisão de Obras Particulares e Gestão Urbana, Arqtª Noémia Maia, e o despacho do Sr. Vereador, Eng.º Marcos Ré, está datado de 2013/03/25, os quais se dão aqui por integralmente transcritos e constam do respetivo processo. -----

2.º - O registado com o n.º 16521, Pº 232/01, em 2012/10/08, respeitante a: João Miguel Mirassol, residente na Rua José Silva Mariano, n.º 35, Gafanha da Nazaré. -----

Em minuta, foi deliberado por unanimidade deferir a presente informação e de acordo com o despacho do Sr. Vereador. -----

A informação tem a referência DOPGU/noemian, 2013/03/18 16521/12 5, e é da responsabilidade da Chefe da Divisão da DOPGU – Divisão de Obras Particulares e Gestão Urbana, Arqtª Noémia Maia, e o despacho do Sr. Vereador, Eng.º Marcos Ré, está datado de

03-04-2013

2013/03/28, os quais se dão aqui por integralmente transcritos e constam do respetivo processo. -----

CONSTRUÇÃO PARTICULAR. -----

PROJETO DE ARQUITETURA. -----

- O registado com o n.º 2459/13, Pº 105/57, em 2013/02/14, respeitante a: Patrícia Figueiredo Pereira, residente na Rua Comendador Egas Salgueiro, n.º 22, Gafanha da Nazaré. -----

Em minuta, foi deliberado por unanimidade deferir a presente informação, de acordo com o despacho do Sr. Vereador. -----

A informação tem a referência DOPGU/pauloa, 2013/03/25 2459/13 1, e é da responsabilidade do Técnico Superior da DOPGU – Divisão de Obras Particulares e Gestão Urbana, Arqtº Paulo Anes, e o despacho do Sr. Vereador, Eng.º Marcos Ré, está datado de 2013/03/28, os quais se dão aqui por integralmente transcritos e constam do respetivo processo. -----

EQUIPAMENTO RURAL E URBANO. -----

OBRAS MUNICIPAIS. -----

LIBERTAÇÃO DE GARANTIAS BANCÁRIAS E RESTITUIÇÃO DE REFORÇOS DE CAUÇÃO - EMPREITADA “NOVOS ARMAZÉNS GERAIS – INFRAESTRUTURAS ELÉTRICAS E DE TELEFONES” - FIRMA: CUNHA BASTOS, LDA. -----

Presente o processo supra, datado de 18MAR13, elaborado pela Chefe da DOIA, Eng.ª Paula Oliveira, aqui dado por integralmente transcrito, no qual e em síntese, se sugere o cancelamento das garantias bancárias prestadas e restituídas as quantias retidas como garantia da obra, dado que já se encontra efetuada a receção definitiva da mesma. -----

Em minuta, foi deliberado por unanimidade aprovar a presente libertação de garantias. -----

DESENVOLVIMENTO SOCIAL E CULTURAL. -----

AÇÃO SOCIAL. -----

FUNDO MUNICIPAL DE APOIO A FAMÍLIAS E INDIVÍDUOS CARENCIADOS – COMPARTICIPAÇÃO NO PAGAMENTO DA FATURA RELATIVA A ÁGUA, SANEAMENTO E RESÍDUOS SÓLIDOS – PROPOSTA. -----

Presente a seguinte proposta elaborada pelo Sr. Vice-Presidente da Câmara: -----

03-04-2013

- “Considerando: -----

1.º - O enquadramento legal previsto na Lei 169/99, de 18 de setembro, com as alterações introduzidas pela Lei 5-A/2002, de 11 de janeiro, no artigo 64.º, n.º 4, alínea c) e na Lei 159/99, de 14 de setembro, artigo 13.º, n.º 1, alínea h) e artigo 23.º, onde se encontram previstas as competências na área da Ação Social. -----

2.º - O previsto no Regulamento Municipal de Apoio a Famílias e Indivíduos Carenciados, aprovado em reunião do Executivo Municipal de 15 de junho de 2011 e da Assembleia Municipal de 22 de junho de 2011, nomeadamente no que diz respeito ao seu artigo 4.º, n.º 2, alínea e) “comparticipação no pagamento da fatura relativa a água saneamento e resíduos sólidos“. -----

3.º - Os pedidos de participação solicitados por Conceição Antunes Peixoto e Rosana Pereira Sequeira e as respetivas Informações Sociais anexas. -----

4.º - Que a presente despesa que se pretende comprometer se encontra assegurada e cativada pela proposta de cabimento n.º 234 de 05/01/2013, pelo que, -----

Proponho: -----

Que a Câmara Municipal de Ílhavo delibere a atribuição do seguinte apoio, ao abrigo do Regulamento do Fundo Municipal de Apoio a Famílias e Indivíduos Carenciados: -----

- Conceição Antunes Peixoto: participação no pagamento da fatura relativa a água, saneamento e resíduos sólidos no valor de 70%, pelo período de 12 meses; -----

- Rosana Pereira Sequeira: participação no pagamento da fatura relativa a água, saneamento e resíduos sólidos no valor de 70%, pelo período de 12 meses. -----

O Vice-Presidente da Câmara, -----

Ass.) Fernando Fidalgo Caçoilo, Eng.º -----

27MAR13”. -----

Em minuta, foi deliberado por unanimidade aprovar a presente proposta. -----

**FUNDO MUNICIPAL DE APOIO A FAMÍLIAS E INDIVÍDUOS CARENCIADOS –
ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO PONTUAL (TRANSFERÊNCIAS CORRENTES) À
CERCIAV – APOIO AO ARRENDAMENTO DE HABITAÇÃO – PROPOSTA. -----**

Presente a seguinte proposta elaborada pelo Sr. Vice-Presidente da Câmara: -----

- “Considerando: -----

03-04-2013

1.º - O enquadramento legal previsto na Lei 169/99, de 18 de setembro, com as alterações introduzidas pela Lei 5-A/2002, de 11 de janeiro, no artigo 64.º, n.º 4, alínea c) e na Lei 159/99, de 14 de setembro, artigo 13.º, n.º 1, alínea h) e artigo 23.º, onde se encontram previstas as competências na área da Ação Social. -----

2.º - O previsto no Regulamento Municipal de Apoio a Famílias e Indivíduos Carenciados, aprovado em reunião do Executivo Municipal de 15 de junho de 2011 e de Assembleia Municipal de 22 de junho de 2011, nomeadamente no que diz respeito ao seu artigo 4.º, n.º 2, alínea b) “apoio ao arrendamento de habitação”. -----

3.º - Os pedidos de apoio solicitados por António Silva Matos, Daniel Jesus Ribeiro, Fernando Almeida Santos e Maria Marques Oliveira e cujas informações sociais se anexam. -----

4.º - Que a CERCIAV se disponibilizou como instituição parceira tendo solicitado a concessão de um apoio ao pagamento da renda de casa referente ao agregado acima identificado, ficando os utentes responsáveis por participar com o restante valor, necessário à prossecução da totalidade do montante da renda. -----

6.º - Que a presente despesa que se pretende comprometer se encontra assegurada e cativada pela proposta de cabimento n.º 111 de 10/01/2013, pelo que, -----

Proponho: -----

Que a Câmara Municipal de Ílhavo delibere a atribuição de um subsídio pontual à CERCIAV, no valor de 831,18 Euros, para apoio à participação no pagamento do valor da renda de casa pelo período que consta na Informação Social, sendo que, findo este espaço temporal, será o mesmo alvo de reavaliação. -----

O Vice-Presidente da Câmara, -----

Ass.) Fernando Fidalgo Caçoilo, Eng.º -----

27MAR13”. -----

Em minuta, foi deliberado por unanimidade aprovar a presente proposta. -----

**FUNDO MUNICIPAL DE APOIO A FAMÍLIAS E INDIVÍDUOS CARENCIADOS –
ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO PONTUAL (TRANSFERÊNCIAS CORRENTES) À
SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE ÍLHAVO – APOIO AO ARRENDAMENTO
DE HABITAÇÃO – PROPOSTA.** -----

Presente a seguinte proposta elaborada pelo Sr. Vice-Presidente da Câmara: -----

03-04-2013

- “Considerando: -----

1.º - O enquadramento legal previsto na Lei 169/99, de 18 de setembro, com as alterações introduzidas pela Lei 5-A/2002, de 11 de janeiro, no artigo 64.º, n.º 4, alínea c) e na Lei 159/99, de 14 de setembro, artigo 13.º, n.º 1, alínea h) e artigo 23.º, onde se encontram previstas as competências na área da Ação Social. -----

2.º - O previsto no Regulamento Municipal de Apoio a Famílias e Indivíduos Carenciados, aprovado em reunião do Executivo Municipal de 15 de junho de 2011 e de Assembleia Municipal de 22 de junho de 2011, nomeadamente no que diz respeito ao seu artigo 4.º, n.º 2, alínea b) “apoio ao arrendamento de habitação”. -----

3.º - O pedido de apoio solicitado por Rosana Pereira Sequeira e a respetiva Informação Social anexa. -----

4.º - Que a Santa Casa da Misericórdia de Ílhavo se disponibilizou como instituição parceira tendo solicitado a concessão de um apoio ao pagamento da renda de casa referente ao agregado acima identificado, ficando os utentes responsáveis por participar com o restante valor, necessário à prossecução da totalidade do montante da renda. -----

5.º - Que a Santa Casa da Misericórdia de Ílhavo possui um crédito no valor de 360,00 Euros, que deverá ser abatido, resultante do incumprimento da realização gratuita de tarefas de índole diversa por parte de beneficiário para a qual já havia sido aprovada participação. --

6.º - Que a presente despesa que se pretende comprometer se encontra assegurada e cativada pela proposta de cabimento n.º 111 de 10/01/2013, pelo que, -----

Proponho: -----

Que a Câmara Municipal de Ílhavo delibere a atribuição de um subsídio pontual à Santa Casa da Misericórdia de Ílhavo, no valor de 390,00 Euros, para apoio à participação no pagamento do valor da renda de casa pelo período que consta na Informação Social, sendo que, findo este espaço temporal, será o mesmo alvo de reavaliação. -----

O Vice-Presidente da Câmara, -----

Ass.) Fernando Fidalgo Caçoilo, Eng.º -----

27MAR13”. -----

Em minuta, foi deliberado por unanimidade aprovar a presente proposta. -----

JUVENTUDE. -----

03-04-2013

PROGRAMA MUNICIPAL DE BOLSAS DE ESTÁGIOS DE TRABALHO 2013/2014**– PROPOSTA. -----**

Presente a seguinte proposta, elaborada pela Sr.^a Vereador, Dr.^a Beatriz Martins. -----

- “INTRODUÇÃO. -----

A dinamização de programas e de iniciativas que visam dar contributos para a formação humana, cívica e académica dos jovens do Município tem constituído, nos últimos anos, uma das grandes preocupações da Câmara Municipal de Ílhavo. -----

A criação de programas como o Programa Municipal de Bolsas de Estudo, o Programa Municipal de Ocupação de Tempos Livres ou o Programa Vocação, de iniciativas como as Oficinas Criativas ou as Jornadas da Juventude do Município de Ílhavo, de espaços e serviços como o Fórum Municipal da Juventude, o Serviço de Apoio à Formação e ao Emprego ou os Espaços Internet, visam precisamente materializar este importante objetivo, constituindo a grande adesão que, ano após ano, cada um tem verificado a prova da sua relevância para os jovens do nosso Município. -----

Contudo, estes importantes investimentos da Câmara Municipal, aliados ao notável esforço e dedicação que os jovens têm demonstrado, apesar de contribuírem para o aumento da sua formação global, não têm obtido por parte do mercado de trabalho a resposta desejada, ou seja, a criação de oportunidades em número suficiente para estes poderem, em contexto de trabalho, não apenas aplicar os seus conhecimentos e formação entretanto obtidos, mas também aprofundá-los, e desta forma garantirem com maior certeza a sua subsistência e o seu futuro. -----

Dada a realidade a que hoje assistimos do aumento do desemprego por todo o País, revela-se necessário, desenvolver um esforço maior por parte de toda a comunidade, com vista à criação de mais oportunidades para aqueles que, tendo concluído a sua formação escolar, desejam rapidamente ingressar no mercado de trabalho. -----

É com este objetivo em mente que, depois da experiência obtida com as edições anteriores deste Programa, e de acordo com o disposto no referido Regulamento, se propõe o lançamento da edição 2013/2014 do Programa Municipal de Bolsas de Estágios de Trabalho.

FINALIDADE -----

03-04-2013

O Programa Municipal Bolsas de Estágios de Trabalho tem como principal objetivo contribuir para a integração dos jovens desempregados do Município de Ílhavo no mercado de trabalho, através da sua participação em projetos de formação prática em contexto de trabalho, que complementem a sua qualificação anteriormente adquirida. -----

DESTINATÁRIOS -----

Destina-se a cidadãos residentes no Município de Ílhavo há mais de um ano, preferencialmente com idades compreendidas entre os 18 e os 30 anos (à data da apresentação da sua candidatura), titulares de bacharelato ou licenciatura (nível IV e V) ou detentores de comprovada aptidão profissional (nível III ou inferior), e se encontrem à procura de primeiro emprego ou sejam desempregados à procura de novo emprego. -----

ENTIDADES DE ACOLHIMENTO -----

Os estágios decorrerão na Câmara Municipal de Ílhavo ou em Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS), Associações ou Empresas com sede, sucursal ou representação no Município de Ílhavo. -----

DURAÇÃO DO ESTÁGIO -----

O estágio terá uma duração de 12 (doze) meses consecutivos, com início em julho de 2013. ---

NÚMERO DE ESTAGIÁRIOS -----

Na edição 2013/2014 deste Programa serão admitidos o total de 6 estagiários. Cada entidade poderá propor, no máximo, dois estágios, com exceção da Câmara Municipal de Ílhavo, que poderá propor um número superior. -----

ÂMBITO PRIORITÁRIO DOS PROJETOS -----

TEMA

MOTIVAÇÃO

A – Educação, Cultura e Juventude	A execução da reforma de qualificação do Parque Escolar, a gestão de novas competências na Educação e a dinamização Cultural como fatores de diferenciação e de promoção de capacidade criativa aliando a esta, uma política de Juventude intensa e inovadora. -----
B – Qualificação Urbana e Ambiental	A qualificação urbana, a implementação de novos modelos de gestão ambiental e a correta utilização dos recursos naturais do Município de Ílhavo, promovendo um desenvolvimento crescente e harmonioso, num ambiente urbano humanizado, têm de estar na base das ações de

03-04-2013

- investimento na melhoria da qualidade de vida dos Cidadãos. -----
- C – Desenvolvimento Empresarial e Emprego** O dinamismo da atividade económica exige atenção e parceria entre o setor público e o setor privado, requer o apoio às atividades tradicionais/existentes e a promoção da inovação como mecanismo de resposta aos novos desafios que se colocam às empresas e às entidades públicas. -----
- D – Ação Social** A dimensão social do desenvolvimento deverá ser cada vez mais a prioridade do investimento e da atenção da Câmara Municipal de Ílhavo, assim como dos seus parceiros, sendo que a promoção do emprego e do apoio aos mais desfavorecidos, às Crianças e aos Idosos, deverá ocupar um lugar relevante nessa ação. -----
- E – Aposta no Mar e na Ria** A qualificação e valorização da Ria de Aveiro aprofundando o trabalho de diferenciação cultural da terra que tem “O Mar por Tradição” ancorando no Mar e na Ria a aposta no desenvolvimento turístico do Município. -----

PERÍODO DE CANDIDATURAS -----

O período de candidaturas decorrerá até ao próximo dia 30 de abril de 2013. -----

PROCEDIMENTO DE CANDIDATURA -----

As pessoas e entidades que pretendam participar neste Programa, deverão candidatar-se junto da Câmara Municipal de Ílhavo, através de formulário próprio. Terminado o prazo de receção das candidaturas das entidades de acolhimento, uma Comissão de Avaliação composta por três pessoas e designada pelo Presidente da Câmara Municipal de Ílhavo, procederá à sua avaliação, comunicando até 15 de maio a aprovação, ou não, das candidaturas. -----

VALOR DA BOLSA DE FORMAÇÃO -----

Os estagiários têm direito a uma bolsa de formação no valor de 650,00 Euros (nível IV e V) e 450,00 Euros (nível III ou inferior). Para além da bolsa de formação o estagiário terá direito a um seguro de acidentes pessoais. -----

CERTIFICADO DE PARTICIPAÇÃO -----

No final do estágio, após a receção das avaliações, será entregue aos estagiários um certificado comprovativo da sua frequência. -----

03-04-2013

A Vereadora do Pelouro da Juventude, -----
 Ass.) Beatriz de Fátima Clemente Martins, Dr.^a, -----
 27MAR13”. -----

Em minuta, foi deliberado por unanimidade aprovar a presente proposta. -----

**PROGRAMA MUNICIPAL DE BOLSAS DE ESTÁGIO E DE TRABALHO –
 EDIÇÕES 2008/2009, 2009/2010, 2010/2011, 2011/2012 E 2012/2013 – RELATÓRIO
 RESUMO DAS CANDIDATURAS.** -----

Presente o Relatório supra, elaborado pela Sr.^a Vereadora, Dr.^a Beatriz Martins, datado de
 27MAR2013, aqui dado por integralmente transcrito, no qual e em síntese, se dá conta do
 número de candidaturas admitidas a seleção, das habilitações literárias, e áreas de formação
 dos vários candidatos no decorrer das edições referenciadas em título. -----

Em minuta, foi deliberado por unanimidade tomar conhecimento. -----

CULTURA. -----
**NORMAS DE PARTICIPAÇÃO NO CONCURSO DAS MARCHAS SANJOANINAS
 DE ÍLHAVO / 2013 – PROPOSTA.** -----

Presente a seguinte proposta, elaborada pelo Sr. Vereador, Eng.º Paulo Costa: -----

- “A Câmara Municipal de Ílhavo vai promover a realização da Edição de 2013 das Marchas
 Sanjoaninas de Ílhavo, nos próximos dias 15, 21 e 22 de junho, em parceria com as seguintes
 Associações: ACDR Os Amigos da Malha da Carvalheira, Associação Cultural - Grupo de
 Dança “Pestinhas”, Associação de Pais e Amigos das Crianças da Gafanha da Encarnação,
 Associação dos Amigos da Praia da Barra, Grupo de Jovens “A Tulha” e Rancho Folclórico
 “Os Palheiros da Costa Nova”. -----

Esta iniciativa, que faz parte da agenda de atividades culturais promovidas pela Câmara
 Municipal de Ílhavo para o ano de 2013, tem como objetivos: -----

- 1º - Manter a tradição desta festa de cultura popular bem apreciada e vivida pelas populações
 do Município de Ílhavo; -----
- 2º - Promover a divulgação da criação artística nas vertentes da coreografia, música, poesia e
 demais requisitos envolvidos nesta manifestação pública de cultura predominante de raiz
 popular; -----
- 3º - Promover a notoriedade e visibilidade cultural e artística do Município de Ílhavo. -----

03-04-2013

Nestas perspetivas, e no uso das minhas competências, proponho que a Câmara Municipal de Ílhavo aprove as Normas de Participação nas Marchas Sanjoaninas de Ílhavo de 2013, cuja descrição se encontra anexa a esta proposta. -----

O Vereador do Pelouro da Cultura e Turismo, -----

Ass.) Paulo Teixeira da Costa, Eng.º -----

22MAR13”. -----

Em minuta, foi deliberado por unanimidade aprovar a presente proposta. -----

HABITAÇÃO. -----

PARQUE MUNICIPAL DE HABITAÇÃO. -----

PROGRAMA DO CONCURSO RELATIVO À ATRIBUIÇÃO DO DIREITO AO ARRENDAMENTO DE 2 FOGOS NA FREGUESIA DA GAFANHA DA NAZARÉ NO MUNICÍPIO DE ÍLHAVO – INFORMAÇÃO/PROPOSTA. -----

Presente o Programa de Concurso acima referenciado, elaborado pela Chefe da DASS, Dr.^a Mónica Batista, datado de 27MAR13, aqui dado por integralmente transcrito, no qual e em síntese, se dá conta das disposições gerais e especiais, relativas ao programa supra, sobre o qual recaiu o seguinte despacho/proposta do Sr. Presidente da Câmara: -----

“À Câmara, -----

Ass.) José Agostinho Ribau Esteves, Eng.º, -----

28MAR13”. -----

Em minuta, foi deliberado por unanimidade aprovar a presente proposta. -----

INTERVENÇÃO ABERTA AO PÚBLICO. -----

Terminada a Ordem do Dia, eram 17.00 horas, e dado que não se encontrava presente no Salão Nobre nenhum munícipe a quem pudesse ser permitida a antecipação da intervenção, foi, pelo Sr. Vice-Presidente da Câmara, suspensa a reunião até às 17.30 horas, hora estipulada para a intervenção do público. -----

Reaberta a reunião àquela hora, com todos os elementos do Executivo que à mesma estiveram presentes desde o seu início, foi, de imediato, dada a palavra aos munícipes, entretanto chegados: -----

- **Rosa Rijo**, moradora na Rua Afonso de Albuquerque, n.º 329, 1º - Esqº, Gafanha da Nazaré, que colocou a seguinte questão: -----

03-04-2013

A sua habitação encontra-se por cima do Restaurante «Braseiro», e desde 2008, que tem vindo a fazer sucessivas queixas relativas ao barulho que é provocado pela laboração daquele estabelecimento, e que coloca em risco o descanso dos moradores em geral e do seu agregado familiar em particular. -----

Face às sucessivas queixas que foram sendo apresentadas, o dono do citado estabelecimento viu-se obrigado a proceder a obras (que vieram suceder ao processo inicial n.º 82/99), que ocorreram no ano de 2009. No entanto, tais obras cingiram-se ao salão do restaurante, deixando de fora a zona da cozinha, da churrasqueira e do bar, pelo que o barulho se mantém mesmo por baixo dos quartos da sua casa. -----

Acresce, que durante o período em que as obras decorreram, o horário de funcionamento foi reduzido das 02H00 da manhã para as 10H30 da noite, tendo sido repostos após o fim das aludidas obras, sem que tivessem sido verificadas as condições acústicas e de insonorização do referido estabelecimento. -----

Importa ainda referir que, várias vezes lhe foi proposto o agendamento de uma reunião com um técnico da CMI, com vista à medição acústica das citadas instalações, reunião essa que nunca foi realizada por manifesta impossibilidade de prever o dia e a hora de maior movimento do dito estabelecimento de restauração, prejudicando assim os resultados de tal medição. -----

Para além da descrição dos factos ora narrados, renova o seu pedido de redução do horário de funcionamento do citado restaurante, para, pelo menos, as 10H30, tal como à data em que decorreram as obras de beneficiação do sobredito restaurante”. -----

Na resposta, o **Sr. Vice-Presidente da Câmara, Eng.º Fernando Caçoil**, deu conta de que uma situação como a relatada, face à sua extensão e complexidade, não é passível de uma resolução em sede de uma reunião pública da Câmara, sendo necessário analisar todas as envolventes do processo em causa, manifestando-se, no entanto, e desde já, disponível para avocar o processo, analisá-lo (em conjunto com os técnicos da CMI), e, com o Sr. Vereador da respetiva área, com a brevidade possível, dar conta das eventuais e possíveis soluções para o caso ora relatado. -----

- **João Pinto**, morador na Rua Dinis Gomes, n.º 19, em Ílhavo, que colocou a seguinte questão: -----

03-04-2013

É pai de uma menina de 11 anos que é deficiente profunda, e que frequenta o CASCI, sito na Rua João de Deus, também em Ílhavo. -----

Dado o já mencionado grau de deficiência da minha filha, a sua idade e o seu peso, torna-se necessário transportá-la em cadeiras de rodas desde o carro até dentro das instalações do CASCI. Acontece que, ontem mesmo, foi aos CTT levantar uma multa que me foi passada pela GNR, por ter parado o carro junto das instalações daquela Escola de Ensino Especial, quando (neste caso o seu conjugue), procedia ao transporte da minha filha para o interior do CASCI. -----

Face à situação, deslocou-se ao Posto da GNR da nossa cidade, para tentar dar conta das dificuldades inerentes à situação, tendo o Guarda que lhe multou dito que sempre que por lá passassem ou fossem chamados, multariam todos os carros que estivessem naquela situação, e que, a responsabilidade caberia à CMI, dado que naquela artéria não existe nenhum sinal de trânsito que obvie àquela situação. -----

Assim sendo, resta-lhe apelar à CMI para que possa resolver este tipo de problemas, que lhe afligem e que, por certo, afligem outros pais na mesma situação”. -----

Na resposta, o **Sr. Vice-Presidente da Câmara, Eng.º Fernando Caçoil**, deu conta que esta situação constitui para si uma novidade, pois que, nem algum munícipe nem o próprio CASCI alguma vez lhe fizeram chegar uma situação desta natureza. Lembrou ainda que, no decorrer das obras daquela artéria, falou com o Sr. Comandante da GNR de Ílhavo, dando-lhe conta da necessidade de haver compreensão e bom senso por parte daquela força de segurança para o transporte e recolha das crianças de e para aquela instituição de ensino especial. -----

No entanto, face ao argumentado pelo munícipe acima referenciado, o Sr. Vice-Presidente da Câmara manifestou a sua disponibilidade para tratar deste assunto, pretendendo envolver a GNR, bem como o próprio CASCI, de modo a que o assunto seja resolvido no futuro de forma equilibrada. -----

E nada mais havendo a tratar, foi a reunião encerrada eram 17.50 horas. -----

Para constar e devidos efeitos, se lavrou a presente Ata, que eu,

, servindo de Secretário, redigi, subscrevi e assinei conjuntamente com o Sr. Vice-Presidente da Câmara, que presidiu à reunião. -----